

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
...CORREIOS...

Distribuição gratuita

Semana Internacional da Mulher movimentada Assembléia

Conferência reúne lideranças femininas, debatendo violência doméstica, ações de prevenção na área da saúde e cidadania. Em Plenário, deputados destacam e enaltecem conquistas do sexo feminino ao longo da história

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Mais do que homenagens, o Dia Internacional da Mulher foi marcado por muita reflexão na Assembléia. Em Plenário, deputados se revezaram na tribuna para destacar a atuação do sexo feminino na sociedade. No Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, lideranças participaram da Conferência do Dia Internacional da Mulher.

Páginas 5 e 10

ESPECIAL

A evolução da força feminina no Parlamento de SC

Páginas 6, 7 e 8

No Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, mulheres ouvem autoridades e representantes de entidades como GAPA e Conselho dos Direitos da Mulher

Sessão solene presta homenagem a Darcy Ribeiro

A Assembléia homenageou, em sessão solene, dia 5, o educador e antropólogo Darcy Ribeiro. Proposta pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT), a cerimônia lembrou os 10 anos de morte deste ilustre brasileiro, que deixou um legado importante para o ordenamento civilizado e humanitário do Brasil.

Página 3



Entrevista exclusiva com a segunda vice-presidente Ana Paula Lima

Página 4

Gilmar Knaesel se licencia e Natal assume cadeira no Legislativo

Página 10

Confira balanço semanal das atividades das Comissões Permanentes

Página 9

OPINIÃO

PAC, de pacto

O PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – lançado em janeiro passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é fruto, na verdade, de uma incongruência. Afinal, prega justamente o contrário do que Lula, como candidato, afirmava até outubro passado, em estocadas contra seu principal opositor, Geraldo Alckmin. “Estamos crescendo pouco, mas com qualidade e isso é o que importa”, disparava Lula quando Alckmin reclamava do píffo crescimento de 2 a 3% do PIB, índice maior apenas que o do Haiti. Entretanto, antes tarde do que nunca, o chefe da Nação acabou se convencendo da necessidade de recolocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento.

Esse projeto, no entanto, mesmo com os R\$ 503,9 bilhões que serão investidos em infra-estrutura, somados a outros valores fantásticos em renúncia fiscal e em concessão de créditos, pode estar fadado ao fracasso se não conseguir agluti-

nar as forças diversas da sociedade. Por isso, mesmo que não deliberadamente, o PAC, em breve, deverá exigir a ressurreição de um velho termo da política nacional: pacto social. Velho, debatido, defendido, buscado, perseguido, mas nunca alcançado.

O PACto será indispensável em várias frentes. A primeira, e mais importante, configurada no Congresso Nacional. Não à toa, Lula cede mundos e fundos na tentativa de viabilizar um governo de coalizão, respaldado por deputados e senadores de todos os partidos. E coalizão, se pretende ser sólida, tem que refletir a vontade dos diversos segmentos da população, tem que ser PACtuada.

Nesta semana, na busca da viabilização do PACto, o presidente estendeu a mão, pela primeira vez em dois anos, ao governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira. No encontro com todos os chefes de executivos estaduais,

em Brasília, na terça-feira, Luiz Henrique deixou claro, em diálogo reservado com Lula, que diferenças político-partidárias e ideológicas não podem continuar obstruindo o crescimento catarinense. Portos, rodovias, universidades, escolas, delegacias, indústrias, agricultura, comércio do território barrigaverde carecem de atenção do governo federal compatível com a importância que têm na economia local e nacional.

Iniciada a reaproximação Lula/LHS, é natural que se espere uma oposição mais construtiva dos petistas catarinenses, especialmente na Assembléia Legislativa. Com a necessidade de voltarmos a crescer pelo menos 5% ao ano, sob pena de rumarmos para uma qualidade de vida “haitiana”, o PACto se tornará praticamente automático. É o que se deseja. É o que se precisa.

Deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB)

Roberto Amaral lança livro na Assembléia

O livro “Sociedade do Conhecimento – Novas Tecnologias, Risco e Liderança”, organizado pelo empresário e jornalista Roberto Amaral, foi lançado, dia 6, na Assembléia Legislativa. Editado pela Uniplac, o livro reúne coletânea de ensaios e tem o objetivo, segundo Amaral, de “estretar os laços entre a produção acadêmica e o mercado de comunicação”. Com temas relacionados às novas tecnologias, a publicação pretende instigar o debate em torno das mudanças e dos riscos da comunicação frente à digitalização da TV e do rádio.

Além de Roberto Amaral, o livro apresenta textos de Valdecir Becker, Carlos Barros Montez, Leandro Ramires Comassetto, Daltro de Andrade, Analu Slongo, Estela Kurth, Helenice Carvalho, Valério Cruz Brittos, José Luiz Carraro, Márcio Koeller, Zilma Isabel Peixer, Zainab Jezzini Lamas, Chirstiane Kleinubing Godoi, Laudelino José Sarda, Carlos Henrique Prin, Cristiano J. C. de Almeida Cunha, César Medeiros Cupertino, Emílio Araújo Menezes, Jurandir Sell Macedo Júnior e Reinaldo de Almeida Coelho.

Abertas inscrições para “Formação Política”

A Assembléia Legislativa, através da Escola do Legislativo, está com inscrições abertas até o dia 19 para o curso de “Formação Política”, que será realizado de 26 de março a 3 de dezembro. Para participar, o aluno deverá estar exercendo cargo ou função pública e possuir o Ensino Médio completo. O resultado da seleção será divulgado no dia 21 e as matrículas realizadas no dia seguinte, quando o aluno deverá trazer a comprovação de escolaridade e do serviço público.

Com parceria do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo (Unilegis), ligados ao Senado Federal, o curso será ministrado às segundas, a partir da 19h, no Plenarinho Deputado Paulo Wright, na Assembléia. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas no site www.alesc.sc.gov.br/escola. As informações adicionais podem ser obtidas pelos telefones (48) 3221-2828 e 3221-2952, fax 3221-2916 e e-mail escoladolegislativo@alesc.sc.gov.br.

A pensão vitalícia e o desrespeito ao cidadão

O artigo 195 da Constituição Estadual é um desrespeito ao cidadão catarinense. Nele fica claro que o governador que tenha exercido a função, em caráter permanente, tem direito à pensão mensal vitalícia igual à de Desembargador do Tribunal de Justiça. Hoje, os ex-governadores de Santa Catarina recebem R\$ 22,1 mil.

No dia 28 de fevereiro, o Ministério Público Federal pediu o fim desse benefício. A ação direta de inconstitucionalidade explica que o subsídio criado em 1967 não é válido, pois vincula o valor pago aos ex-governadores aos salários dos juízes do Tribunal. Essa medida ficou proibida com a Constituição Federal de 1988.

A origem da polêmica é uma Lei Estadual. Se o STF rejeitar o pedido do promotor, a Assembléia deve recorrer. Essa é a forma que nós deputados temos de acabar com o prejuízo irreparável aos cofres

públicos de Santa Catarina com o pagamento do subsídio.

Como deputados, temos que trabalhar com a meta de mudar o artigo constitucional e colocar fim nessa imoralidade. Tendo em vista que a lei não define o tempo mínimo de permanência no cargo necessário para que o titular goze do benefício. Assim, se um governador assumir em caráter permanente, não importando o tempo, já adquire o direito sobre o salário.

Esse é o caso do ex-governador que, tendo exercido por oito meses o governo, vai receber, mensalmente, mais de R\$ 20 mil. Enquanto um trabalhador homem para ter direito à aposentadoria integral deve comprovar pelo menos 35 anos de contribuição e uma mulher 30 anos, um ex-governador torna a política sua profissão e recebe uma quantia exorbitante. No caso do trabalhador que contribui com a previdência, ainda precisa combinar dois

requisitos: tempo de contribuição e a idade mínima.

Podemos imaginar que se cada ex-prefeito ou ex-vereador requeira o benefício o quanto não teria que sair do bolso do cidadão para custear tudo isso. Repito: a política não é uma profissão é uma opção de dedicação pessoal.

Com a bancada do PT vamos propor uma emenda popular para que seja revogado ato inconstitucional. Tenho convicção de que não será difícil conseguir cidadãos honestos e comprometidos com o Estado que não vão se curvar diante desse abuso.

Tendo exemplo de estados como Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte, que já aboliram o benefício, Santa Catarina também acabar com essa vergonha.

Deputado Jailson Lima da Silva (PT)

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Branganholo e Sandra Annuseck

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

[AGENDA]

• **12 de março, 9 horas:** Exposição da artista Márcia Mezadri
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho

• **13 de março, 9 horas:** Audiência Pública sobre a terceira etapa da reforma administrativa
Local: Auditório Antonieta de Barros

• **14 de março, 19 horas:** Sessão solene comemorativa do 39º aniversário da Casa do Jornalista e do 100º aniversário da morte de Ottokar Döerfell, fundador da Imprensa de Joinville e lançamento do livro “Kolonie-Zeitung: Uma História”, de Lilian Mann dos Santos
Local: Plenário Osni Régis

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andrea Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaina Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Sessão solene homenageia Darcy Ribeiro

Solenidade no Plenário Osni Régis marca os 10 anos de morte de ex-ministro da Educação

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Scheila Dziedzic

“Sou um homem de causas. Vivi sempre lutando, pregando, como um cruzado, pelas causas que comovem. Elas são muitas, demais, a salvação dos índios, escolarização das crianças, a reforma agrária, o socialismo em liberdade, a universidade necessária. Na verdade, somei muito mais fracassos do que vitórias em minhas lutas, mas isso não importa. Horrível teria sido ter ficado ao lado daqueles que venceram nessas batalhas”. Essas idéias e ações justificaram a iniciativa do deputado Sargento Amauri Soares (PDT), para a sessão solene, realizada dia 5, em homenagem a Darcy Ribeiro.

Além de ler um histórico de Darcy Ribeiro, o parlamentar reconheceu que falar do homenageado apenas como educador seria pouco. Comentou as várias idéias e a vontade de realizar projetos que fizeram dele um grande brasileiro, “um antropólogo que discutiu temas efetivamente relevantes para



Público e parlamentares prestigiaram cerimônia que resgatou trajetória de vida de um dos mais importantes antropólogos do Brasil

nos entendermos como povo e como nação”. Já como educador, Darcy Ribeiro deixou um legado

importante para o ordenamento civilizado e humanitário do Brasil. “As escolas com tempo integral

abrem a possibilidade ímpar de construir gerações futuras com mais capacidade intelectual, mais

fraternidade interpessoal, mais solidariedade popular”, declarou Soares.



Darcy defendia a revolução não pelas armas, mas pela educação

Uma vida dedicada a grandes causas

Darcy Ribeiro foi lembrado em toda sua trajetória como antropólogo, elaborando trabalhos de impacto mundial. Mais tarde, ingressou na área educacional, atingindo rapidamente o posto de ministro da Educação, no gabinete Hermes Lima. Quando estava ainda na casa dos 30 anos, sua produção no setor de ensino e cultura deixou marcas no país: criou universidades, centros culturais, uma nova proposta educativa com os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), além de deixar inúmeras obras escritas em várias línguas. Sua trajetória sempre esteve próxima às lideranças dos governos.

Foi ministro-chefe da Casa Civil do presidente João Goulart em 63, vice-governador do Rio em 1982, quando foram criados os Cieps, secretário da Cultura e coordenador do Programa Especial de Educação e senador da República de 1991 a 97. Neste período da vida política concretizou importantes projetos como a criação da Lei de Diretrizes Básicas da Educação. Durante estes mandatos, também concretizou projetos na área ambiental. A intensa produção de livros o transformou num dos imortais da Academia Brasileira de Letras (ABL). Nos últimos anos de vida, ainda foi capaz de surpreender, produzindo poesias.

Partido cultua memória pelo país

O presidente estadual do PDT, Manoel Dias, lembrou que a sigla está promovendo diversas atividades no país, como a Semana Darcy Ribeiro, na qual outras sessões solenes estão sendo realizadas nos demais estados brasileiros.

O deputado pedetista Dagoimar Carneiro, que presidiu a sessão solene, fez uso das palavras de Darcy: “Fracasei em tudo que tentei na vida, alfabetizar as crianças, salvar os índios, criar uma universidade séria e não consegui. Fracasei. Mas eu detestaria estar no lugar daqueles que me venceram. Tive a capacidade de nunca desistir, a humildade de sempre aprender”, para justificar a condição dos pedetistas serem discípulos de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola. Acrescentou que se ainda o

Brasil não tem a educação que ele sonhava, cabe a nós lutar por uma qualidade maior do setor.

“A grande revolução que o Brasil precisa é a da educação.

mas se este momento chegar a situação que hoje estamos passando, de alta criminalidade, poderá mudar”, acredita Dagoimar.

As idéias do educador e antropólogo - como parte das homenagens a Darcy Ribeiro - foram lançadas pelo jornalista Gilberto Felisberto Vasconcelos no livro “Darcy Ribeiro e a criminalidade acadêmica”. A obra aborda assuntos que assolavam a mente do educador, como: por que a classe dominante sempre nos vence? por que o Brasil não deu certo? por que os criadores das universidades foram sabotados nas instituições universitárias?

O autor lembra que nada mais injuriava Darcy Ribeiro do que achar que professores e estudantes seriam impotentes na história do Brasil. Ele acreditava na importância intelectual e afirmava que “um povo sem intelectual é um povo sem cabeça”.



Sargento Soares: “Falar dele como educador é pouco”

Países que foram assolados por guerras e misérias estão mudando suas histórias através da educação e se tornando potências. Pode ser utópico,

INSTITUCIONAL

Entrevista/Ana Paula Lima

Jonas Lemos Campos



“O Parlamento catarinense tem que ter liberdade”

Nesta edição do AL Notícias a deputada Ana Paula Lima, que está na segunda vice-presidência da Assembléia Legislativa, fala sobre o trabalho que desenvolveu, da luta por mais espaços para a mulher na política e da relação do Legislativo catarinense com o Executivo

busca da igualdade de condições. Nosso mandato vai priorizar a defesa dos direitos da população à saúde, à educação e ao trabalho e renda.

AL Notícias – Quais as conquistas obtidas no mandato anterior que a senhora destaca? Que ações devem ter continuidade?

Ana Paula – Não posso deixar de citar a redução do recesso na Assembléia Legislativa, de 90 para 55 dias, aprovada. Sendo que a proposta original de corte do recesso foi de minha autoria, ainda em 2004. Minha proposta

cial para que se acabasse com essa remuneração adicional que sempre considerei imoral. Nunca aceitei o pagamento das extraordinárias e sempre devolvi o dinheiro aos cofres públicos, sendo a única parlamentar a adotar essa atitude entre os 40 deputados da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Cito essas duas conquistas, que são um verdadeiro avanço, para simbolizar o trabalho do parlamentar.

AL Notícias – Como a senhora avalia a relação da Casa com o governo do Estado? O que os catarinenses podem esperar?

Ana Paula – Espero que haja uma relação de respeito e autonomia. O Parlamento catarinense tem que ter liberdade para dizer sim a tudo o que for bom para o povo catarinense e dizer não aos projetos que venham contra os interesses de nossa gente.

AL Notícias – Recentemente a sua equipe de trabalho perdeu uma pessoa importante, a assessora de imprensa Ula Weiss. Como o grupo encarou essa perda?

Ana Paula – Tive o privilégio de compartilhar da companhia de Ula Weiss, não só como profissional competente e dedicada, mas como uma amiga muito especial. Nestes quatro anos, Ula soube cativar a todos que viveram essa nossa trajetória na Assembléia Legislativa, nos bons dias e também nas derrotas.

Seu trabalho foi além de uma assessora parlamentar. Ula era, desde 2005, representante do Poder Legislativo junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, produzindo e apresentando, semanalmente, o Minuto da Mulher, veiculado pela Rádio Alesc e reproduzido por outras rádios do Estado.

Andréa Leonora

AL Notícias - A senhora está em seu segundo mandato e já entrou para a história catarinense como primeira mulher a presidir integralmente uma sessão plenária na Assembléia Legislativa. Como analisa isso?

Ana Paula Lima – Vejo com orgulho, sem dúvida. Confesso, porém, que a responsabilidade de representar a mulher na Mesa do Parlamento é grande e desafiadora. Por outro lado, me deparo com a necessidade de participar cada vez mais deste processo que impulsiona os avanços das mulheres na sociedade contemporânea.

AL Notícias – Tanto o presidente da Casa, Júlio Garcia, quanto o vice-presidente, Clésio Salvaro, exaltaram o consenso para a composição da Mesa e das comissões. A senhora concorda que predominou o diálogo maduro nesse processo?

Ana Paula – Sim. O momento é de diálogo. O Parlamento catarinense amadureceu muito. O processo nos mostra que o Legislativo foi colocado à frente

das diferenças partidárias e acredito que a população catarinense ganha muito com isso.

AL Notícias – E a oposição, da qual a senhora faz parte, como ficou na atual composição? Os espaços foram garantidos?

Ana Paula – No que se refere ao Parlamento, a oposição teve seus direitos preservados, tanto nas comissões, como na Mesa da Casa.

AL Notícias – Quais as suas expectativas com a renovação observada na atual legislatura?

Ana Paula – Toda renovação é sempre bem-vinda. O ideal, porém, é organizar um planejamento híbrido e oxigenado. Mesclar a experiência dos que ficaram com as idéias novas que chegam.

AL Notícias – Quais são os seus planos para a segunda vice-presidência e também para seu atual mandato?

Ana Paula – Representar bem as mulheres no Parlamento catarinense. A intenção é aproveitar os espaços para organizar mais movimentos de mulheres na defesa do povo catarinense e em

“Quero representar bem a mulher e aproveitar os espaços para organizar mais movimentos de mulheres na defesa do povo catarinense e em busca da igualdade de condições”

era de que o recesso fosse de apenas 30 dias, coincidindo com o período de férias dos trabalhadores brasileiros, mas venceu a proposição de 55 dias, e já foi um grande avanço.

Minha proposta de 30 dias tinha outra intenção que era a de evitar as convocações extraordinárias, com custo de quase R\$ 1 milhão para a Assembléia Legislativa. Finalmente, quando se votou o corte do recesso, a pressão da população foi essen-

Saiba mais

Idade: 43 anos

Natural de: Blumenau

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT)

Região do Estado que representa: Vale do Rio Itajaí

Profissão/formação: Enfermagem e Obstetrícia

Legislaturas: Em 2002 disputou a primeira eleição, recebeu 38.553 votos e garantiu vaga para a Assembléia Legislativa. Nesta Legislatura, presidiu a Comissão dos Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher e também compôs as comissões de Saúde e Turismo e Meio Ambiente. Propôs a criação e presidiu o Fórum Parlamentar da Mulher Catarinense e o Fórum Permanente do Programa Fome Zero, bem como participou do Fórum Permanente de Adoção. A partir de sua iniciativa, foi institucionalizada a Bancada Feminina na Assembléia Legislativa. Nas eleições de 2006, foi reeleita com quase 37 mil votos. Atualmente responde pela segunda vice-presidência da Casa. Sua atuação pública, no entanto, é anterior. Em 1997, quando o hoje deputado federal Décio Lima, seu marido, foi eleito prefeito, Ana Paula assumiu a presidência da Sociedade Promocional de Blumenau do Menor Trabalhador (Promenor).

INSTITUCIONAL



Eduardo Guedes de Oliveira

Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Elisabeth Baesso, lamenta resultados da Lei Maria da Penha

Uma pausa para reflexão

Conferência do Dia Internacional da Mulher destaca bandeiras sociais

A Assembléia Legislativa e a Escola do Legislativo promoveram, no dia 8, a "Conferência do Dia Internacional da Mulher, Relações de Gênero, Dignidade e Política". O objetivo foi muito mais reflexivo do que festivo.

A segunda vice-presidente da Casa, deputada Ana Paula Lima (PT), representando o presidente Julio Garcia, destacou a presença das camponesas e dos movimentos urbanos que passaram dois dias em Florianópolis, trocando experiências e definindo bandeiras de luta. "A luta das mulheres é diária. Mas as nossas bandeiras são de toda a sociedade. Queremos o direito à saúde, à educação, a

creches e, principalmente, queremos dar um basta à violência", resumiu.

O presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), chamou a atenção para o crescimento da participação feminina na política. "Quando cheguei nesta Casa, em 1998, era apenas uma parlamentar. Hoje são três. Ainda é pouco, mas a evolução é inegável."

Representando o governador Luiz Henrique da Silveira, a deputada Ada de Luca (PMDB) cumprimentou um grupo de mulheres representantes do GAPA pelo trabalho em prol da consciência quanto à prevenção contra DSTs, AIDS

e hepatites. Helena de Lima, do GAPA, informou um dado alarmante: nos dois primeiros meses do ano foram registradas 864 ocorrências por mulheres vítimas de violência, somente em Florianópolis.

A presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Elizabete Baesso, lamentou a ainda insípida aplicação da Lei Maria da Penha e considera essencial que esta seja mais divulgada. A deputada Odete de Jesus (PR) destacou os números da violência contra a mulher que, ao invés de diminuir, estão crescendo a cada ano. "É uma realidade que não podemos ignorar e contra a qual temos que reagir."

Assembléia recebe diplomatas de Marrocos

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), recebeu, dia 6, a visita da embaixadora do Marrocos, Farida Jaidi, e do Cônsul Honorário do Marrocos em Santa Catarina, Bassam Necola Hanna. A intenção é estreitar relações comerciais entre os dois países. Segundo a embaixadora, o Marrocos exporta principalmente rocha fosfática e sardinha para o Brasil.

Farida Jaidi disse ter vários produtos para intermediar com Santa Catarina, como na área de alimentos e metal mecânico, por exemplo, setores nos quais o Estado se destaca.

O presidente da Casa retribuiu um presente típico de Marrocos entregando à diplomata uma peça de cerâmica artesanal e uma bebida típica do norte do Estado.

A embaixadora também falou



Alberto Neves

Garcia cumprimenta embaixadora Farida Jaidi em visita à Assembléia

da importância de encontros como esse. "É importante desenvolver e estabelecer ótimas relações comerciais, no campo turístico, cultural e esportivo. Temos muitas coisas em comum, amamos nossa terra, somos hospitaleiros, calorosos, gostamos

de conhecer outras pessoas e culturas", declarou.

"As relações entre países funcionam dessa forma, com encontros para troca de informações e, num mundo globalizado, é necessário que isso aconteça", observou Julio Garcia.



CONHEÇA O LEGISLATIVO

COMO FUNCIONA A DIRETORIA LEGISLATIVA

Planejar, orientar, coordenar, controlar e dar suporte a todas as atividades parlamentares são as atribuições do Diretório Legislativo da Assembléia.

Para se entender melhor o funcionamento da Diretoria é necessário situá-la na estrutura do Legislativo. Conforme a Resolução nº 01/2006, consolidada pela Resolução nº 03/2006, a Diretoria Legislativa está subordinada à Diretoria Geral, que por sua vez está vinculada à Mesa da Casa.

À Diretoria Legislativa estão subordinadas a Consultoria Legislativa e oito coordenadorias. O diretor Legislativo, José Alberto Braunsperger, lembra que também é tarefa de sua diretoria acompanhar e dar suporte ao Colegiado de Bancadas. Todos os trabalhos de natureza técnica, legislativa ou documental passam pela supervisão da Diretoria Legislativa. Cabe a esta Diretoria, por exemplo, a missão de dar assessoria técnico-processual à Mesa da Assembléia Legislativa nas atividades em Plenário.

Quando surgem dúvidas sobre dispositivos constitucionais, regimentais ou legais, é a Diretoria Legislativa que esclarece. Também as proposições feitas pelos deputados e os despachos de matérias para discussão ou votação passam por ali antes de serem submetidos à Mesa.

É a Diretoria Legislativa que faz a pauta da Ordem do Dia, elabora a composição das comissões, coordena as sessões solenes e especiais, recebe documentação dos deputados, expede as Carteiras Parlamentares e calcula o tempo destinado aos partidos políticos nas sessões plenárias. Além disso, toda e qualquer informação a respeito do processo legislativo é fornecida pela Diretoria Legislativa.

Consultoria Legislativa

Assessoria os deputados na elaboração de anteprojetos, projetos de lei, emendas, requerimentos, entre outros.

Coordenadorias

Apoio ao Plenário

Planeja, executa, controla e avalia as atividades de apoio operacional e de assessoramento técnico-processual.

Expediente

Encaminha as proposições da Consultoria Legislativa e outros documentos recebidos pela Mesa e lidos em Plenário.

Documentação

É responsável pela guarda de todo o patrimônio documental da Casa, material disponível para pesquisa.

Publicação

Elabora o índice dos anais, elabora e controla a distribuição do Diário da Assembléia.

Taquigrafia de Plenário

Grava, transcreve e traduz sessões plenárias, seminários, conferências e outros. Coordena o som do Plenário.

Comissões

Coordena e assessoria os trabalhos das comissões permanentes, de inquérito, mistas, especiais, entre outros.

Taquigrafia das Comissões

Faz o acompanhamento taquigráfico de todas as audiências públicas das comissões e reuniões de CPIs.

Orçamento Estadual

Assessoria a Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual, a Comissão de Finanças e Tributação e os deputados a respeito de matérias orçamentárias. Acompanha a execução orçamentária do Tribunal de Contas do Estado.

Fonte: Resoluções nº 01 e 03/2006.

ESPECIAL

A força da mulher no Parlamento catarinense

Espaço inaugurado em 1934 pela professora e jornalista Antonieta de Barros hoje é ocupado por três deputadas, uma participação de 7,5% no Legislativo

Rodrigo Viegas

Na Semana Internacional da Mulher, o AL Notícias presta homenagem fazendo uma retrospectiva da participação feminina no Legislativo Catarinense. Trata-se da complexa experiência de quem ultrapassou a esfera familiar para defender os interesses de sua comunidade, migrando para a vida política.

De 1934 para cá, nove mulheres se revezaram no Parlamento catarinense representando parcela significativa de nosso eleitorado.

Mais uma vez na história da Assembleia Legislativa, o Dia Internacional da Mulher será comemorado com três representantes no Parlamento: Ana Paula Lima (PT), Odete

de Jesus (PR) e Ada de Luca (PMDB). Num universo eleitoral como o do Estado, onde o número de votos femininos ultrapassa os masculinos, é de estranhar que a participação feminina no Legislativo seja de apenas 7,5%, mesmo não sendo uma história recente.

O caminho foi aberto por Antonieta de Barros em 1934, quando apresentou seu nome para a Constituinte Estadual concorrendo pelo Partido Liberal (PL). Com notável conhecimento de literatura e língua portuguesa, professora e jornalista, foi a primeira mulher a participar do processo constituinte em Santa Catarina e foi eleita deputada estadual.

Antonieta de Barros atuou como parlamentar até o ano de 1937 quando o então presidente Getúlio Vargas determinou o fechamento do Congresso Nacional

e das Assembleias Legislativas. Retornou à política em 1948, como primeira suplente, atuando desta feita pelo Partido Social Democrático (PSD). Defendeu os professores e a implantação de concursos públicos para a categoria; apresentou projetos para a escolha de diretores de escolas (assunto atualmente em pauta – quase 60 anos depois) e propôs bolsas escolares para os cursos superiores. Falecida em 1952, aos 51 anos, hoje empresta seu nome para Escolas e logradouros públicos. Chamam-se também Antonieta de Barros o túnel de Florianópolis, a medalha concedida anualmente pela Assembleia Legislativa a mulheres com relevantes serviços prestados em defesa dos direitos da mulher catarinense, o programa social para jovens desenvolvido pela Casa e ainda o auditório da Assembleia.

Sensibilidade na proposição de matérias

Atualmente cumprindo seu terceiro mandato, a pastora Odete de Jesus (PR) é outra mulher a ocupar cadeira no parlamento catarinense. Líder da bancada do Partido da República (PR) e voluntária em diversas instituições, tem na "Escola de Mulheres" uma de suas maiores paixões. Além de capacitar para o trabalho, a iniciativa vem formando novas lideranças femininas.

A atuação da deputada em três legislaturas consecutivas

registra como destaques as seguintes proposições que saíram do papel e viraram realidade. Entre elas, a "Jornada Catarinense pela Infância Protegida", que traça um diagnóstico com propostas contra agressões aos jovens de todo Estado; a cartilha dos Direitos do Paciente, que determina o respeito que os doentes devem receber nas emergências e nas internações hospitalares.

A deputada ainda é autora

da lei que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão a atos discriminatórios contra a mulher; da proposição do Dia Estadual do Desarmamento Infantil; e responsável pela criação da Medalha de Mérito Maurício Sirotski Sobrinho, para reconhecer e homenagear publicamente o trabalho de pessoas e instituições na educação infantil-juvenil.

Ações se estendem ao bem-estar geral

A eleição de 2002 trouxe para a Assembleia Legislativa, com mais de 38 mil votos, a deputada Ana Paula Lima (PT). Com uma plataforma baseada nas ações voltadas à saúde, família, mulher, ao idoso e à juventude, esta especialmente pela experiência acumulada frente à Promenor (Sociedade Promocional de Blumenau do Menor Trabalhador) e na Secretaria da Criança e do Adolescente, que ocupou na Prefeitura de Blumenau. Filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, Ana Paula teve gestão honrosa no Promenor,

quando triplicou o número de atendimentos: de 450 jovens em 1996, chegou a dois mil matriculados em 2004.

No Legislativo, a deputada é atualmente a segunda vice-presidente e em fevereiro deste ano foi a primeira mulher a presidir uma sessão ordinária da Casa. Tem atuação destacada nas comissões de Direitos e Garantias Fundamentais, de Saúde e de Turismo e Meio Ambiente. Também preside o Fórum Parlamentar do Fome Zero, criado por sua sugestão, e é integrante do Fórum Permanente de Adoção.

Representante de Joinville é a segunda da galeria

O legado da primeira deputada teve continuidade sete anos depois, quando em 1959 Ingeborg Colin Barbosa Lima fez parte da quarta legislatura.

Nascida em Joinville em 1921, formada professora

e oficial maior do Cartório de Registro Civil e Títulos e Documentos de Joinville, Inge, como era conhecida, foi suplente convocada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Atuou no parlamento até 1962.

Antonieta de Barros, Ingeborg Colin Barbosa Lima, Luci Choinacki, Ideli Salvatti, Odete de Jesus, Ana Paula Lima, Simone Schramm, Alba Schlichting e Ada de Luca ajudaram e continuam ajudando a escrever a história do Legislativo catarinense

Suplentes tiveram espaço

Outra mulher de destaque no Parlamento catarinense é a joinvilense Simone Schramm. Pós-graduada em pedagogia, iniciou a carreira na rede estadual de ensino como professora do ensino fundamental. Foi diretora e administradora escolar em colégios estaduais. Assumiu a Coordenação Regional de Educação de Joinville e posteriormente foi secretária adjunta de Estado da Educação. A carreira estimulou o ingresso na política como suplente de deputada na 15ª legislatura. Assumiu cadeira em rezevamento e exerceu mandato por cinco meses.

A deputada Alba Schlichting (PFL) assumiu na Assembleia no dia 3 de janeiro deste ano e exerceu o mandato por exatos 28 dias. Não chegou a participar de sessões.

Duas décadas sem presença feminina

Foram mais de 20 anos sem uma representação feminina na Assembleia Catarinense até a eleição da deputada Luci Choinacki, em 1986, para a 11ª legislatura. Agricultora nascida no município de Descanso no ano de 1954, teve um caminho longo da enxada ao parlamento, a começar pelas pastorais sociais, passando pela oposição sindical que, alguns anos depois, resultaria na formação da Central Única dos Trabalhadores

e pela construção do Movimento das Mulheres Agricultoras e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina. Encarando os desafios impostos às mulheres e junto com as comunidades eclesiais de base e os embriões dos movimentos sociais, forjou uma personalidade lutadora, defensora dos mais excluídos, principalmente das mulheres trabalhadoras. Sempre sob a insígnia do Partido dos Trabalhadores (PT), exerceu suas funções no Legislativo até 1990, quando foi eleita para o primeiro de três mandatos como deputada federal.

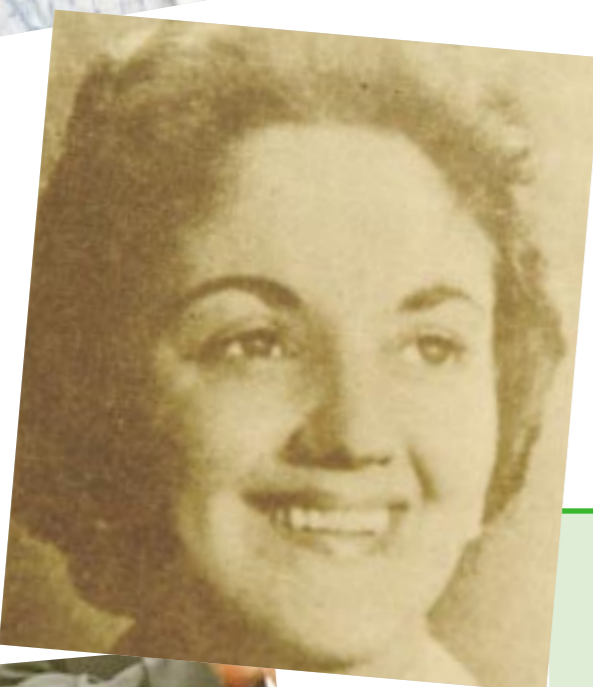
A ex-deputada estadual Ideli Salvatti (PT), hoje senadora, chegou à Assembleia em 1995, depois de mais uma legislatura sem participação feminina. Pau-

lista formada em física pela Universidade Federal do Paraná, foi professora no Colégio de Aplicação de Joinville a partir de 1973. Co-fundadora do PT em Santa Catarina em 1979, esteve duas vezes na direção regional da sigla. Ex-presidente da Alisc, do Sinte/SC e diretora da CUT/SC, atuou como deputada estadual na 13ª e 14ª legislaturas.

Entre suas principais proposições destacam-se a que instituiu o Programa Bolsa Familiar para a Educação, a estação de tratamento de esgoto da praia de Jurerê, o relatório da CPI do BESC e a criação da medalha de mérito Antonieta de Barros. Em 2003, alçou vôo mais alto ao ser eleita senadora da República com mais de um milhão de votos.



Antonieta de Barros



Ingeborg Colin Barbosa Lima



Luci Choinacki



Ideli Salvatti



Odete de Jesus



Ana Paula Lima



Simone Schramm



Ada de Luca

Bandeiras sem distinção

Ada Faraco de Luca é a primeira mulher do PMDB a conquistar uma cadeira no Parlamento catarinense e já está no comando da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher. Defende todas as questões ligadas à mulher.

A parlamentar tem um passado de militância e um histórico político. O avô Addo Caldas Faraco foi prefeito de Criciúma por três mandatos.

O pai Addo Vânio Faraco foi vereador, deputado estadual e secretário de Estado durante o go-

verno Celso Ramos. Ada fundou o MDB Mulher no Estado, nos anos 80, quando comandava 27 diretórios femininos na Bacia Carbonífera. Lutou pela anistia dos presos políticos e atuou na mobilização das "Diretas Já", ao lado de Ulisses Guimarães. Disputou o primeiro cargo eletivo em 2005. Ada de Luca tem 57 anos e é natural de Criciúma. É casada com o ex-deputado federal Walmor de Luca, tem duas filhas e duas netas. Formada em Direito, foi advogada da Câmara dos Deputados por 30 anos.

ESPECIAL

Agência Brasil / Divulgação



Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, o braço direito de Lula

Ivan de Andrade / Divulgação



Uma das três atuais governadoras, Yeda Crusius, do RS

Agência Brasil / Divulgação



Ministra do Meio Ambiente, a acreana Marina Silva

Brasileiras ampliam espaço político

Luta mundial por vez e voz remonta ao século 19, mas no cenário nacional o marco foi a conquista do direito ao voto em 1932

Graziela May Pereira

Desde 1975, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, o número de mulheres no Legislativo e Executivo e tem aumentado razoavelmente.

Segundo a ONU, a data foi escolhida porque neste mesmo dia, no ano de 1857, operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque, nos Estados Unidos, entraram em greve ocupando a fábrica e reivindicando a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Depois de trancadas na

fábrica, um incêndio matou cerca de 130 mulheres.

Em 1908, mais de 14 mil mulheres marcharam por Nova York reivindicando o mesmo que as operárias de 1857, bem como o direito de voto. Caminhavam com o slogan "Pão e Rosas", em que o pão simbolizava a estabilidade econômica e as rosas uma melhor qualidade de vida. Só em 1910, numa conferência internacional de mulheres realizada na Dinamarca, a data foi escolhida.

Depois da tragédia de Nova Iorque, deu-se início a todo um ciclo de lutas que culminou na instituição do Dia Internacional

da Mulher, criado para chamar a atenção da sociedade mundial ao papel e à dignidade da mulher que ainda sofre preconceitos e limitações em várias partes do mundo.

Muito aconteceu desde então, primeiro surgiu a primeira lei sobre educação das mulheres, depois a sua inclusão no ensino superior, chegando até o direito ao voto no Brasil, em 1932.

Apenas em 1982 uma mulher chegou a um alto cargo no governo brasileiro, ocupado por Maria Esther Figueiredo Ferraz, a primeira Ministra de Estado, na área da Educação.

SC tem 11 prefeitas e 285 vereadoras

Apesar das mulheres somarem 51% dos 180 milhões de habitantes do país e 51% dos 120 milhões de eleitores, ou seja, 62 milhões de mulheres com direito a voto, o Brasil tem apenas duas ministras - Marina Silva, do Meio Ambiente e Dilma Rousseff, da Casa Civil; três governadoras - Yeda Crusius (RS), Wilma de Faria (RN) e Ana Júlia Carepa (PA) - e 418 prefeitas nos mais de cinco mil municípios. Em Santa Catarina, são 11 prefeitas e 285 vereadoras.

As mulheres também representam cerca de 42% do mercado de trabalho e respondem pelo sustento de cerca de 1/3 das famílias no Brasil. Os dados do IBGE revelam ainda que o rendimento médio dos homens é de 3,2 salários mínimos enquanto o das mulheres fica em 1,4 salários mínimos.

Atualmente três deputadas no Legislativo catarinense: Ada de Luca (PMDB), Ana Paula Lima (PT) e Odete de Jesus (PR).

Procurador destaca posição de vanguarda

Andréa Leonora

Santa Catarina é hoje um dos poucos estados brasileiros a ter a participação de mulheres nas principais câmaras de vereadores, na Assembléia Legislativa, na Câmara de Deputados e também no Senado Federal. Para o procurador regional eleitoral, Carlos Antonio Fernandes de Oliveira, isso demonstra que as mulheres catarinenses mantêm a posição de vanguarda quando o tema é política.

Oliveira lembrou a lenta evolução da mulher na vida pública brasileira. Antes, não podia sequer opinar sobre qualquer assunto, muito menos sobre política. Participando de movimentos sociais, conquistou espaços e o direito ao voto. Mais tarde, obteve também o direito de ser votada. "Mas há aí uma distorção que resiste. Muitas

mulheres, principalmente de famílias mais tradicionais e das camadas excluídas, ainda hoje obedecem seus pais, tios, irmãos ou maridos", observa.

Mecanismos como a criação das delegacias da mulher e da Lei Maria da Penha podem, na opinião do procurador, reduzir os danos morais e psicológicos a que estão sujeitas muitas mulheres, com reflexos também sobre a vida política do país. Ele acredita que os partidos já perceberam que a mulher na vida partidária gera um fortalecimento. "A mulher é catalisadora, carismática, abraça as causas nas quais

acredita e jamais desiste de uma luta. É uma força que os partidos identificaram, tanto que vêm surgindo alas específicas para as mulheres dentro das siglas."

"Se não existem mais mulheres na política brasileira é porque elas ainda têm um papel social maior que o do homem"

Só que antes disso, as mulheres tiveram que batalhar para serem aceitas como candidatas e, assim, exercer o direito de serem votadas. A resistência masculina foi

quebrada pela força da lei que determinou um percentual de candidato por sexo. "Não é uma cota para as mulheres, porque isso seria discriminatório", explica o procurador.

A lei determina que cada par-

tido deve apresentar, no mínimo, 80% de candidatos homens e 20% de candidatas mulheres, ou vice-versa, sendo que a sobra de percentual de um sexo não pode ser usada pelo outro. "Se não existem mais mulheres na política brasileira é porque elas ainda têm um papel social maior que o do homem. Enquanto o homem tem como principal papel o trabalho, a mulher tem que conciliar o trabalho, o trato da casa e a educação dos filhos. É uma sobrecarga que, aos poucos, começa a ser compartilhada pelos homens", avalia o procurador.

Para Oliveira, a sociedade está evoluindo em progressão geométrica e a distância entre as fases sociais diminui mais rapidamente. "Acredito que em poucos anos a participação de homens e mulheres na política será equilibrada."



Oliveira: catarinenses ocupam posição de destaque e siglas já perceberam que a mulher gera um fortalecimento na vida partidária

COMISSÕES

CCJ aprecia 16 vetos governamentais

Constituição e Justiça dá parecer favorável à manutenção de 14 mensagens, à rejeição de uma e sobrestamento de outra

Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), dia 6, foram apreciadas 16 mensagens de veto do Executivo a projetos de origem parlamentar e do governo. Em relação aos vetos, houve divergência entre os parlamentares sobre apreciar ou não o mérito na Comissão. O Regimento Interno determina que a Comissão deve votar pela manutenção ou pela rejeição do veto ou ainda pela compatibilidade vertical, onde os deputados não se manifestam sobre o mérito e somente sobre a constitucionalidade ou não do veto, ficando a análise do mérito para o Plenário, em votação secreta.

Os deputados votaram pelo sobrestamento de um veto, pela manutenção de outros 14 vetos e pela rejeição de um veto do governador, que teve como relator o deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo. A recomendação pela rejeição do veto foi ao Projeto de Lei nº 45/06, do Executivo, que regulamenta o artigo 171 da Constituição Estadual e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado. Por seu posicionamento, o líder do governo recebeu elogios do deputado Pedro Uczai (PT). "Essa é uma luta antiga e que agora será concretizada", afirmou.

Sinal verde para projeto da produtividade médica

A CCJ aprovou o Projeto de Lei nº 354/06, do governo, que institui a gratificação de desempenho e produtividade médica, em substituição ao pró-labore. Esse projeto foi desarquivado a pedido do deputado Jandir Bellini (PP) e, segundo ele, teve ampla discussão da categoria.

Os parlamentares aprovaram o requerimento do deputado Uczai para cinco audiências públicas sobre os Projetos de Lei nº 2, 3, 4 e 5, de 2007, de sua autoria, que tratam de políticas estaduais de energias renováveis. O deputado Sérgio Grandó (PPS) sugeriu que os encontros ocorram no interior do Estado, em municípios que já trabalham com alternativas energéticas, como é o caso de Água Doce,

que tem energia eólica.

Também foi aprovado o Projeto de Lei nº 15/07, do Executivo, que prorroga contratos por prazo determinado da Secretaria da Saúde. Segundo o projeto, os contratos encerrados em 8 de agosto de 2006 ficam prorrogados até 31 de julho. O deputado Joares Ponticelli (PP) apresentou voto vista pela diligência para saber, por exemplo, por que somente seis meses depois do fim do contrato o governo encaminhou projeto à Assembléia e se, desde aquela data, os contratados estão sem cobertura de instrumento legal. Mesmo com a rejeição do seu voto vista, o líder do governo, deputado Blasi, se comprometeu a trazer essas informações e repassá-las de maneira formal a Ponticelli.



Comissão dá parecer pela rejeição de veto ao projeto que regulamenta o artigo 171 da Constituição Estadual

Finanças aprova dois requerimentos

Dois requerimentos foram aprovados, dia 7, pela Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). O primeiro do deputado Silvio Dreveck (PP) solicita que o Executivo envie relatório de impacto financeiro do Projeto de Lei nº 1/07, que trata da terceira etapa da reforma administrativa. "A matéria ainda tramita na Comissão de Constituição e Justiça, mas a medida visa ganhar tempo para dirimir as dúvidas", informou o

parlamentar.

Em outro requerimento, o deputado Décio Góes (PT) pede ao Executivo um relatório sobre as empresas terceirizadas. Ele quer saber os valores envolvidos e onde acontecerá a redução terceirizados prevista na reforma.

Segundo o deputado Marcos Vieira (PSDB), a reforma administrativa não trata da diminuição de mão-de-obra locada e que a decisão de contratar cabe somente ao Executivo. "Isto não cabe estar inserido no projeto

por se tratar de uma questão de gestão". Góes, que já formulou o mesmo questionamento à Consultoria Parlamentar, afirmou entender que a informação deva constar do projeto, uma vez que se trata de "argumento utilizado pelo governo" para reforçar a importância da reforma. "Tenho recebido algumas manifestações pela aprovação da reforma na condição de redução dos cargos na estrutura de governo e, por isso, acho pertinente o assunto", justificou Góes.

Deputados querem informações da SSP



Deputados aprovam pedidos encaminhados por Sargento Soares

Sob a presidência do deputado Dirceu Dresch (PT), a Comissão de Segurança Pública aprovou pedido de informação ao Executivo do deputado Sargento Amauri Soares (PDT). O parlamentar quer que seja indicada a data para os cursos de formação de cabos, terceiros sargentos e aperfeiçoamento para sargentos e quadro de oficiais auxiliares. Ele informa que as atividades estão previstas na proposta que instituiu o plano de carreira dos praças.

Sargento Soares cobrou ainda o envio do projeto de lei que altera artigo do Estatuto da Po-

lícia Militar, garantindo o direito à aposentadoria das mulheres da corporação com 25 anos de serviço. Ele recorda que a lei da aposentadoria fará um ano da sua aprovação, mas que ainda não está valendo por causa de dispositivo a ser alterado no Estatuto da PM.

O deputado Edson Piriquito (PMDB) também apresentou pedido de informação à Secretaria de Segurança Pública para saber sobre a construção de um novo presídio, de maneira a desativar o que está superlotado no centro de Balneário Camboriú.

Trabalho envia relatórios

A Comissão de Administração, Trabalho e Serviço Público autorizou, dia 6, o envio a Plenário dos relatórios de 2005 das seguintes entidades: Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Urussanga; Grupo de Voluntárias do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville; Serviço de Ação Social de Integração, Educação e Qualidade, de Joinville, e de 2006, da Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Serril, de Braço do Trombudo.

PLENÁRIO

Dia da Mulher ganha Plenário

Entre as manifestações de homenagem, mulheres camponesas aproveitam para destacar luta do meio rural

No Dia Internacional da Mulher, 8 de março, não faltaram manifestações da tribuna em homenagem às protagonistas de mudanças profundas na sociedade, seja na vida em família, seja no mercado de trabalho, seja na vida política. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), homenageando as mulheres catarinenses e, principalmente, as parlamentares, salientando suas qualidades políticas, convocou a deputada Ana Paula Lima (PT), segunda vice-presidente da Mesa, para comandar os trabalhos.

As representantes do Movimento de Mulheres Camponesas, Ana Romalina e Rosalina da Silva, falaram, por exemplo, da luta das

mulheres do meio rural.

As camponesas destacaram o lançamento da Campanha Nacional por uma Produção de Alimento Saudável. "Aproveitamos o dia, que é uma data que resultou de muita luta por igualdade e a transformação de uma sociedade mais justa, para lutar pelo futuro de nossos filhos. São 19 estados lutando por uma produção de alimento mais saudável".

Aproveitando o tema, a deputada Ana Paula agradeceu pela condução da sessão plenária na manhã de hoje e questionou o governador pelo não recebimento das agricultoras em seu gabinete. Elas seriam mais tarde recebidas na Secretaria da Casa Civil.



Agricultoras do Movimento de Mulheres Camponesas, Ana Romalina e Rosalina da Silva, se manifestam na tribuna

Vieira condena diferença salarial e Grandó quer igualdade partidária

Também o líder do PSDB, deputado Marcos Vieira, homenageou as mulheres. Ele destacou a mudança no mercado de trabalho, embora, em geral, o sexo feminino ainda receba salário menor que o dos homens. De acordo com Vieira, no Brasil a diferença chega a 9,7%, enquanto em Santa Catarina, a 14,7%.

Para o parlamentar, a solução seria implantar Plano de Cargos e Salários tanto nas empresas públicas como nas privadas, medida adotada por ele quando secretário da Administração do primeiro governo de Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

A exemplo de outros parla-



Vieira: diferença salarial

mentares que cumprimentaram as mulheres pelo seu dia, o líder do PPS, deputado Sérgio Grandó, sugeriu que a data seja transformada em feriado nacional, como



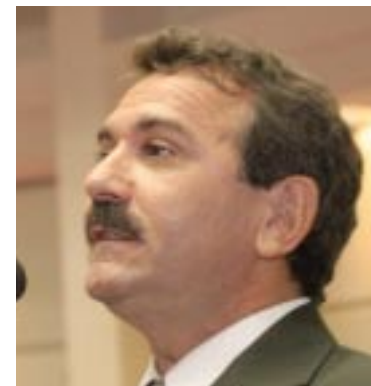
Grandó: reforma política

acontece em Guiné Bissau, na África, onde o parlamentar trabalhou num projeto da ONU. Ele falou da importância da reforma política e defendeu a igualdade partidária

Venzon destaca espírito de mudança

A força transformadora da mulher foi lembrada pelo deputado Serafim Venzon (PSDB), enfatizando que com carinho e sensibilidade, jeito característico da mulher, elas trazem mudanças todos os dias. Seja participando das atividades familiares, colaborando na vida em sociedade ou na representação política.

Para Venzon, porém, o grande potencial feminino ainda não está sendo utilizado por completo. "A mulher já participa em diversas atividades, mas tem que cada vez mais ocupar espaço representativo que é de todos. Esta Casa conta com três mulheres, das quais as demais mulheres catarinenses



Venzon: potencial ainda maior

podem se orgulhar por suas atuações na vida pública. Esta é uma atribuição de todos que têm a obrigação de bem representar a sociedade", disse Venzon.

Natal assume cadeira na vaga de Knaesel

Com o Plenário lotado de josefenses, tomou posse, dia 8, o deputado tucano José Natal Pereira. Ele ingressa na Assembleia para substituir o deputado Gilmar Knaesel (PSDB), licenciado para assumir a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

Eleito por cinco mandatos consecutivos vereador de São José, Natal foi secretário de Obras do município nos biênios 1989/1990 e 2005/2006. Também presidiu a Câmara de Vereadores entre 1991 e 1992, tendo assumido, paralelamente, a este cargo a presidência da constituinte mu-

nicipal de São José, além de ter ocupado em diferentes períodos o comando de todas as comissões legislativas na Câmara.

Ao agradecer o povo de São José, o recém-empossado deputado comprometeu-se a lutar pelo meio ambiente. Paraphraseando Kant, Natal disse que "a política é a mais bela das ações quando não se faz dela uma profissão" e concluiu prestando agradecimentos, em especial aos deputados da Casa, ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e seu vice, Leonel Pavan (PSDB).

Em seguida, todos os depu-



Natal: foco no meio ambiente

tados que estavam no Plenário saudaram Natal.



Maria Lúcia Gobbi na Galeria Meyer Filho

Na Semana Internacional da Mulher, a Assembleia promove até esta sexta-feira, dia 9, a exposição: "Arquitetura da Mulher - da dor ao estado de graça", da arquiteta e artista plástica Maria Lúcia Gobbi. O evento acontece na Galeria de Arte Meyer Filho.

PLENÁRIO

Pensão vitalícia de ex-governadores monopoliza debate

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados debatem sobre subsídio garantido a ex-chefes do Executivo

O debate em torno da pensão vitalícia para ex-governadores acirrou os ânimos na sessão do dia 6. Atualmente nove ex-chefes do Executivo recebem o salário de R\$ 22 mil, entre eles Eduardo Pinho Moreira (PMDB), que teve o benefício garantido quando assumiu definitivamente o cargo, depois que Luiz Henrique da Silveira (PMDB) deixou o governo para concorrer à reeleição.

A Constituição Estadual no artigo 195 estabelece a equiparação salarial entre a pensão dos

ex-governadores e o subsídio de desembargadores e fixa como critério para concessão do benefício o exercício definitivo da função. Como ficou oito meses no cargo, ganhando o caráter definitivo, Pinho Moreira foi o grande alvo das críticas das oposição. A bancada governista defendeu ferrenhamente o atual presidente da Celesc.

O líder do PMDB na Casa, deputado Manoel Mota, declarou que quem rege os proventos do Executivo é a Constituição

Estadual, devendo por isso ser respeitada. Mota classificou Pinho Moreira de "homem de bem, honrado, que abdicou do salário de presidente da Celesc mesmo exercendo a função".

O deputado Jailson Lima (PT) considera a pensão como um distúrbio moral da Constituição Estadual. Em aparte, o deputado Kennedy Nunes, líder progressista lembrou que a mudança no valor aconteceu quando da assinatura da Lei 13.575, em 29 de novembro de 2005, sancionada por Pinho Moreira. A lei, na verdade, reajustou o subsídio dos desembargadores, tendo como consequência, o aumento para ex-governadores.

O líder da bancada petista, deputado Pedro Baldissera, garantiu estar encaminhando pedido ao Tribunal Regional Eleitoral do número de eleitores catarinenses que votaram na última eleição para "fundamentar proposta de emendas populares – mobilizando toda sociedade – para colocarmos um basta nesta imoralidade".

Desemprego entre jovens preocupa Cesar Souza Jr

Os altos índices de desemprego na população jovem do país foram destacados, na tribuna, dia 6, pelo deputado Cesar Souza Júnior (PFL). Segundo ele, um em cada dois brasileiros desempregados tem entre 15 e 24 anos.

Os números são de uma pesquisa do Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho da

Unicamp e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e se referem a 1995 e 2005. O índice de desempregados nessa faixa etária duplicou em 10 anos. Dos 8,9 milhões de desempregados que existiam em 2005, mais de quatro milhões eram jovens. Em 1995, totalizavam 2,4 milhões num universo de 4,5 milhões de pessoas sem emprego.

Conforme o parlamentar, houve um aumento de 70% nos desempregados. "Resultado da estagnação do país. Não adianta

dar escolas para os jovens se não pudermos oferecer postos de trabalho. E esses dois componentes, desemprego e difícil acesso à educação, são os maiores geradores dos altos índices de violência entre os nossos jovens".

Conselho da Juventude - A rejeição do veto ao Projeto de Lei n.º 480/05, de autoria do ex-deputado Paulo

Eccel (PT), que cria o Conselho Estadual da Juventude, foi mencionada pelo deputado Pedro Uczai (PT), em aparte, como grande solução ao problema. "É nesse nível que devemos pensar no futuro do país. Temos uma dívida com a história da desigualdade social e temos que detê-la. A grande solução para esses altos níveis de desemprego e violência que assolam a nossa juventude é a aplicação de políticas mais agressivas no que se refere à educação e ao emprego."



Cesar Souza Júnior: apreensão

Piriquito comemora reforma de escolas

Após exibir imagens de escolas de Joinville, o deputado Edson Piriquito (PMDB) afirmou que desde 2003, quando o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) assumiu o Estado, milhares de escolas foram reformadas. "Das 1.324 escolas estaduais, cerca de 80% delas estavam sucateadas. Nós herdamos essas escolas. Agora, com um governo sério e trabalhador, as coisas estão mudando".

[GABINETES]

GÁS NATURAL EM PALHOÇA

O município de Palhoça tem se destacado pela mudança em seu perfil econômico com a instalação de diversas indústrias, consolidando-se como o principal pólo industrial da região.

Baseado nesses fatos, o deputado Renato Hinnig (PMDB) solicitou ao presidente da SC Gás, Ivan Ranzolin, providências para a inclusão nas prioridades da Companhia a implantação do Gás Natural no município de Palhoça, para uso preferencialmente industrial.

"A vocação industrial do município deverá ser ainda mais acentuada com a conclusão dos trabalhos de duplicação da BR-101 e com a concretização de mais dois Distritos Industriais, em fase de implantação pela atual administração", comentou o parlamentar.

Segundo ele, a Junta Comercial do Estado possui dados atuais que indicam a existência de 6.821 empresas (industriais, comerciais e prestadoras de serviços) ativas em Palhoça. Desse total, 25 empresas são indústrias extrativas (classe B) e 1.180 são indústrias de transformação (classe C do código CNAE). (Danilo Coutinho)

UDESC EM PINHALZINHO

O deputado Pedro Uczai (PT) apresentou, nesta terça-feira (6), uma indicação para que o Legislativo solicite providências urgentes do governo do Estado para a recuperação da estrutura física que abriga o curso de Engenharia de Alimentos da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), no município de Pinhalzinho. De acordo com o parlamentar, a situação do campus da universidade no município é "calamitosa", apresentando perigo aos estudantes, professores e servidores técnico-administrativos. "A precariedade extrema das instalações físicas do campus está inviabilizando o andamento das aulas. O governo do estado está sendo omisso com relação a esta situação desrespeitosa com o ensino público. A sociedade e, principalmente, os estudantes exigem uma ação imediata para resolver o problema", ressalta Pedro Uczai. (Vagner Dalbosco)

CURSO DE EXTENSÃO EM LAGUNA

Aprovada em plenário a indicação encaminhada pela deputada Ada de Luca (PMDB), solicitando ao reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc) que seja verificada a possibilidade de implantação de um curso presencial de extensão universitária e de educação a distância no município de Laguna. Segundo o parlamentar, a criação dos cursos é necessária para a especialização de mão-de-obra naquele município. Ela considera que a instalação de um curso de extensão universitária da instituição vai proporcionar o desenvolvimento econômico daquela região. (Patrícia Jacomel)

Audiência pública vai discutir reforma administrativa

As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Finanças e Tributação e também de Trabalho, Administração e Serviço Público realizam audiência pública conjunta, dia 13, no Auditório Antonieta de Barros, para discutir a terceira etapa da reforma administrativa, que tem

como relator o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB). Para esclarecer pontos da matéria, a CCJ convidou o secretário da Coordenação e Articulação, Ivo Carminatti. Ele deve elucidar dúvidas em torno de pontos polêmicos como a municipalização da Biblioteca

Estadual e do Teatro Álvaro de Carvalho bem como a polêmica em torno da redução em 30% dos cargos da administração e a criação de novas secretarias de desenvolvimento regional. Os deputados aguardam a presença de entidades representativas da sociedade.

A história de vida de Santa Paulina

Documentário “Cammino – Caminhos de uma Grande Santa” resgata a trajetória de vida da religiosa



Andreza de Souza

Com uma pesquisa de aproximadamente dois anos, a psicóloga e produtora Sandra Coelho reuniu dados, fatos históricos e documentos sobre Santa Paulina, que resultou no documentário “Cammino – Caminhos de uma Grande Santa”. O trabalho foi lançado, dia 8, dentro da programação do Dia Internacional da Mulher, no hall da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A idéia de fazer um trabalho sobre a Santa começou quando a Irmã Ilse Mess, do Santuário

de Nova Trento, deu a Sandra Coelho a missão de localizar a cruz do altar do Papa João Paulo II, quando ele visitou Florianópolis para a beatificação de Madre Paulina em outubro de 1991. Corroída pelo tempo, a cruz foi encontrada em 2005 e levada para Vígolo, Nova Trento, onde serviu de base para sua restauração.

Por fazer parte da Família Madre Paulina (Famapa), Sandra tinha conhecimento sobre a vida da Santa, o que impulsionava ainda mais levar adiante a idéia do documentário. Com apoios e patrocínios, o trabalho se concretizou.

“Tremos às Índias e ao Alasca se preciso for”.

(Santa Paulina)



Fotos: Sandra Coelho

Em destaque, a equipe de produção do documentário

Saiba mais

Amabile Lucia Visintainer nasceu no dia 16 de dezembro de 1865 em Vígolo Vattaro, Trento, norte da Itália. Em 1875 chegou a Santa Catarina com os primeiros imigrantes italianos que se instalaram em Vígolo, localidade de Nova Trento, cujos nomes são uma homenagem à terra natal.

Ainda jovem, Madre Paulina iniciou sua missão religiosa cuidando de uma doente de câncer com a ajuda das amigas Virgínia Nicolodi e Tereza Maule. Juntas, fundaram em 1890 a Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição, que atualmente conta com 600 religiosas e atua em 11 países.

Madre Paulina catequizou crianças, índios, escravos e trabalhou em asilos, casas de caridade e hospitais em Santa Catarina e São Paulo. Seu carisma (ação traduzida para o bem comum) era praticado dia-a-dia e os cuidados que tinha com os pobres e doentes a fizeram reconhecida como uma mulher de coração bom, humilde, dedicada a Deus e ao próximo. Ela morreu com 77 anos, analfabeta, mas sua fé e seu amor vivem até hoje no coração dos peregrinos e devotos de Santa Paulina.

Com a canonização em 19 de maio de 2002, Madre Paulina tornou-se a primeira Santa do Brasil.

Por um mundo mais humano

Cinco personagens contam a história de Santa Paulina desde a sua infância na Itália até o fim da vida no Brasil, percorrendo seus caminhos, nas igrejas, nos rios, no encontro com os pobres e doentes. Segundo Sandra Coelho, o objetivo do documentário é abrir o coração das pessoas para reflexão, despertar e sensibilizar cada um, para criar um mundo mais humano, justo e fraterno.

“Com este trabalho quero divulgar em todo o mundo o carisma de Santa Paulina. Ela foi uma grande mulher e o documentário é uma homenagem para ela e para todas as mulhe-

res, santas anônimas”, afirma Sandra. Para Maria Emília de Azevedo, diretora do documentário, algumas características diferenciam Santa Paulina de outras santidades, o que estimulou a equipe de produção.

Entre elas, a atualidade da Santa que, mesmo há muitos anos, vivia com idéias atuais, na preocupação do bem-estar cotidiano. Era uma mulher determinada no universo machista da época, tanto na Itália quanto no Brasil, e o seu empreendedorismo, onde Santa Paulina sai da santidade para o mercado de trabalho, criando uma fábrica de seda em Nova

Trento, sendo porta voz de um novo tempo.

“Nosso trabalho tenta trazer a Santa Paulina para junto de nós, tenta conquistar as pessoas agnósticas, mostra que ela foi essencialmente trabalho da fé, do bem, da religiosidade. Ela teve uma postura feminina com tanta diversidade que conseguiu vencer e isso é fascinante”, explica Maria Emília.

Ela diz ainda que o documentário revê os caminhos de vida espiritual e existencial, sem o seu engrandecimento. “Não enalteçemos a figura da Santa, porque ela é a verdadeira grandeza”, concluiu.

Ficha Técnica

Documentário:

CAMMINO – Caminhos de uma grande Santa

Duração:

30 min

Produtora Executiva:

Sandra Coelho

Direção:

Maria Emília de Azevedo

E-mail:

cammino.doc@hotmail.com

Patrocinadores:

Brasil Telecom, Celesc, Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Estado de Santa Catarina

Apoiadores Culturais:

Academia Racer, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Câmera Um Vídeo Produções Ltda, Cedrense, Cris Hotel, Espumante Casa Del Nonno, OneWG - Multicomunicação, Orbi Imóveis, Piazza Itália, Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Prefeitura Municipal de Nova Trento, Santur, Vinícola San Micheli, Vinícola Villa Francioni

Agenda

Obra será lançada em:

- São Paulo - 13/03, 19 horas
Na Casa de Santa Catarina
- Brasília - 21/03, 19 horas
Na Casa de Santa Catarina
- Trento/Itália - 11/04



Cruz em estrutura metálica foi recuperada